PRESIDENTE
NIOMAR MONIZ SODRÉ BITTENCOURT

Correio da Manhã

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

DIRETOR
M. PAULO FILHO

SUPERINTENDENTE
OSVALDO PERALVA

Av. Gomes Freire, 471

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 31 DE AGÔSTO DE 1967

N.º 23.816 — ANO LXVII

TC VÊ CONTAS SEM FISCALIZAÇÃO

CASSAÇÃO ATINGE MAIS UM PREFEITO NO ESTADO DO RIO

NITERÓI (Sucursal) — A queda de mais um prefeito do MDB fluminense — desta feita o sr. Délio Batista Leal, de Paracambi, cujo afastamento foi votado pela Câmara altas horas da madrugada — provocou uma saraivada de protestos, ontem, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio, onde, ao mesmo tempo, a comissão parlamentar que examinou o caso de Nova Iguaçu apresentava seu relatório final concluindo, sob desaprovação do plenário, pela inexistência de pressão militar na "derrubada" do prefeito Ari Schiavo e do vice-prefeito Antônio Joaquim Machado.

Mais violento foi o pronunciamento do deputado Alberto Tôrres (irmão do senador e ex-governador Paulo Tôrres). da ARENA, que criticou duramente o Congresso Nacional "por se curvar às imposições dos militares", condenando, ainda, "a passividade do governador Geremias Fontes que deveria defender a autonomia do Estado do Rio e os brios e os foros de civilização do povo fluminense". Para o sr. Alberto Tôrres, a Assembléia fluminense cometeu um êrro ao designar a comissão parlamentar que examinou o processo de afastamento do prefeito e do vice de Nova Iguaçu, como erra também agora ao instituir nova comissão com o objetivo de fazer o mesmo em Paracambi, já que êsse trabalho é, apenas, "para inglês ver", pois, no seu entender, o Legislativo estadual não tem condições de intervir efetivamente.

O líder do Govêrno na AL-RJ, deputado Paulo Mendes, considerou injustas as críticas feitas pelo sr. Alberto Tôrres e outros parlamentares à falta de ação do sr. Geremias Fontes, acentuando que "o governador não pode intervir, também, pois se tratam de processos legislativos municipais que tramitam legalmente dentro da dinâmica prevista na Constituição". Frisou que o governador não ficará passivo desde que se comprove a existência de pressão militar para as decisões das Câmaras Municipais.

NOVA COMISSÃO

Para examinar o afastamento do prefeito de Paracambi, votado por 5 x 2 — numa Câmara em que o MDB tem 4 vereadores e a ARENA tem 3 — a Assembléia designou comissão formada pelos deputados Alberto Tôrres, Raul de Oliveira Rodrigues e Paulo Pfeil, da ARENA, e João Rodrigues de Oliveira e Nicanor Campanário, do MDB. A designação dessa comissão foi solicitada pelo líder do MDB no plenário, deputado Wilson Mendes, que, da tribuna, entranhou a queda de mais um prefeito do seu partido e anunciou que "o MDB não permitirá que continuem as perseguições aos seus prefeitos".

INDAGAÇÃO

Ante o relatório sôbre o processo de afastamento dos srs. Ari Schiavo e Antônio Joaquim Machado, em Nova Iguaçu, pelo qual os vereadores confessam que foram à Vila Militar tomar conhecimento das denúncias que serviram de base à decisão da Câmara, o deputado Nicanor Campanário fêz uma pergunta que ficou sem resposta: "se não houve interferência de militares na medida, por que os vereadores tiveram de comparecer à Vila Militar?" (Tópico na 6.ª página).

DEPUTADO DA ARENA LIDERA CASSAÇÃO: SP

SÃO PAULO (Sucursal) — O deputado Rolemberg, da ARENA, foi eleito presidente da Comissão Especial que está encarregada de dar tramitação ao processo de cassação dos deputados Murilo de Souza Reis, Hélio Dejtiar e Gouveia Franco. Os componentes do MDB na comissão resolveram votar naquele parlamentar à última hora, pois a ARENA, majoritária, pretendia eleger o deputado Solon Borges dos Reis. A posição do deputado Roberto Rolemberg não está ainda definida, razão pela qual os oposicionistas resolveram descarregar os votos em seu nome, o que mostra uma tendência da Oposição de lutar contra qualquer cassação pela assembléia, abrindo uma perspectiva de solução, através de um processo regular pela Justiça, com licença do Legislativo.

FLÁVIO TAVARES

BRASÍLIA (Sucursal) — O general Abdon Senna, comandante da XI Região Militar, enviou para a Auditoria Militar de Juiz de Fora o inquérito policial militar realizado pelo cel. Epitácio Cardoso de Brito, da Polícia do Exército, sôbre as guerrilhas em Uberlândia, do qual o principal acusado é o jornalista Flávio Tavares.

O processo aponta o jornalista Flávio Tavares como sendo o "dr. Falcão" que teria recebido ordens e dinheiro do ex-deputado Leonel Brizola, para realizar a subversão no interior brasileiro.

TRIBUNAL MILITAR DÁ HABEAS PARA LIBERTAR CIVIL

O Superior Tribunal Militar concedeu, ontem, por unanimidade de votos, habeas-corpus ao civil Expedito Montenegro Reis Filho que se encontra preso no Batalhão da Polícia do Exército acusado de atividades

O relator da matéria, ministro Grum Moss, concedeu a ordem por não ter recebido as informações solicitadas ao comando da PE, fato que também foi denunciado pelos ministros Correia de Melo, Lima Tôrres e Peri Bevilácqua, tendo êste último sugerido "a aplicação de sanções moral e penal à autoridade renegadora de informações, de acôrdo com a Lei".

FAZENDEIRO

Contra os votos dos ministros Lima Tôrres e Osvallo Tavira Ururai, o STM concedeu habeas-corpus ao fazendeiro José Neca da Costa, para que seja excluído do processo a que responde na Auditoria da 4ª Região Militar, Juiz de Fora, acusado de "ter impedido o prosseguimento de obras de irrigação de suas terras, pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, sob alegação de que as terras estavam sendo invadidas por posseiros".

O advogado Heleno Fragoso sustentou que "o fazendeiro nada mais fêz do que entravar as ações provocadas pelo padre Lage", com apoio da SUPRA, visando a ocupar as terras que um sendo recuperadas pelos serviços de drangagem, em Minas Gerais". Acrescentou que "não houve paralisação de serviço público, o que justificaria o engavetamento do paciente na antiga Lei de Segurança Nacional".

CORONEL

O STM iniciou, ontem, o julgamento do habeas-corpus impetrado em favor do coronel Pedro de Arruda Martins Alvares, acusado de ter dia 1º de abril de 1964, ter feito discurso, em Porto Alegre, insuflando civis e militares a cerrarem fileiras em tôrno do III Exército, em defesa do govêrno deposto. O ministro Peri Bevilácqua pediu vistas dos autos, após ter o ministro Aliedes Carneiro, relator da matéria, afirmado que "a conduta do acusado is alem da figura do esquerdismo, pois pregava, na ocasião, a união do povo em tôrno do III Exército, para fazer a sonsa revolução, como alegava o paciente".

LACERDA FICA SEM RESPOSTA: TARSO

BRASÍLIA (Sucursal) — O presidente Costa e Silva impediu que o ministro Tarso Dutra, da Educação, remetesse ao ex-governador Carlos Lacerda resposta aos ataques que vem sofrendo, por considerar que o Govêrno não deve aceitar a provocação.

O titular da Educação, no entanto, através de assessores propôs ao ex-governador Carlos Lacerda amplo debate, "em qualquer lugar, em qualquer horário, e em qualquer dia sôbre problemas educacionais, desde que não haja retaliações pessoais".

IRRITADO

O sr. Tarso Dutra mostrou-se, nos últimos dias, propenso a retorquir o ex-governador Carlos Lacerda. A disposição do titular da Educação era de enfrentar o ex-governador, não apenas como integrante do Govêrno, mas, principalmente, em seu nome pessoal.

Assessores do ministro da Educação reafirmavam ontem que, o ex-governador da Guanabara estêve interessado, até pouco tempo, em assumir o Ministério da Educação. Como não conseguiu, decidiu romper com o Govêrno.

PLANOS

Para o sr. Tarso Dutra o importante é, a seu ver, a entrada em execução, no próximo dia 8, dos projetos nacionais de alfabetização, nos quais cooperarão os Sindicatos, as Fôrças Armadas e o Govêrno. Os projetos serão apresentados hoje ao presidente da República e nêle deverão ser empregados NCr$ 200 milhões.

Entende o titular do MEC que as recentes agitações estudantis não têm maior importância, podendo ser consideradas insignificantes.

Defende, porém, o sr. Tarso Dutra a necessidade de novos contatos seu com os estudantes, pois, somente após êsses entendimentos mais amplos é que tratará da reformulação da vida estudantil, criando novas entidades que substituam as extintas.

FRENTE PODE TER DESTINO DO MAC

BRASÍLIA (Sucursal) — Dirigentes da ARENA receiam que o lançamento da Frente Ampla "dentro de ambiciosa armação popular e explorando as virtualidades de lideranças proscritas pela Revolução" determine o endurecimento das posições do Govêrno, a ponto de ser aquêle movimento tachado de ilegal ou subversivo e ter as suas atividades rotuladas, tal como ocorreu com o MAC.

Os articuladores da Frente manifestam-se, entretanto, dispostos a enfrentar êsses riscos, atrevidos desde os primeiros passos para a formação da entidade, ainda no Govêrno Castelo Branco.

MDB

O deputado Renato Archer manifestou, ontem, contatos com diversos setores oposicionistas. A impressão que ficou não estar aliciando ninguém para ingressar na Frente Ampla. Suas conversas eram reservadas apenas para os deputados já identificados com o movimento.

"Não vamos aliciar ninguém. Quando a Frente estiver nas ruas, todos certamente se agruparão em tôrno dela, pois será a única saída válida para a crise nacional" — disse.

O representante maranhense acentuou não haver qualquer intenção, entre os frentistas, de liquidar ou atingir o MDB: "Queremos tão-sòmente a mesma liberdade que gozam os setores dos acôrdos regionais, para ser exatamente o contrário. Desejamos liberdade para realizar aquilo que o MDB, até agora, não foi capaz de promover: a luta pela redemocratização com a efetiva participação popular" — acentuou.

O sr. Renato Archer almoçou, ontem, na residência do deputado José Carlos Guerra (ARENA-Pernambuco), em companhia dos deputados Hermano Alves, Oswaldo Lima Filho e Wilson Martins. Foram acertados vários planos, tendo o sr. Renato Archer saído satisfeito com o resultado do encontro.

A noite, jantou com os deputados Tancredo Neves e Martins Rodrigues e, hoje, continuará os entendimentos com os demais líderes emedebistas.

BASE MILITAR

Por outro lado, informou-se que a Frente não minimiza a importância da área militar, como elemento de apoio. No momento, os oficiais mais chegados ao sr. Carlos Lacerda expressam certa perplexidade com suas posições, "não entendem direito a sua aliança com antigos adversários", mas estão convencidos de que a situação atual não deve nem pode perdurar.

No entender dos "frentistas", existe uma corrente militar inteiramente receptiva ao diálogo, e que tende a crescer, uma vez que a orientação do Govêrno a desagrada, sendo comum o desabafo de que a revolução "só veio beneficiar meia dúzia".

DESMENTIDOS

Enquanto o senador Oscar Passos desmentia que houvesse condenado a constituição da Frente Ampla, outros dirigentes emedebistas, igualmente, apontaram como refratários à idéia, assinalavam que "o movimento é oportuno e merece o apoio das fôrças oposicionistas" no entender dêsses parlamentares, "chegou a hora de se formar outro instrumento de luta, pois os atuais partidos e o Congresso permanecem inertes, simples expectantes dos erros governamentais".

Embora considerem a Frente "um fator de perturbação para o Govêrno" e admitam que seu funcionamento "enrijecerá o comportamento do sistema revolucionário", concordam em que "a conjuntura requer combatividade".

PIO CORRÊA EMBAIXADOR EM B. AIRES

BRASÍLIA (Sucursal) — O presidente Costa e Silva assinou decreto designando o diplomata Manoel Pio Corrêa para embaixador do Brasil junto ao govêrno da Argentina. Em outro ato, designou o professor Sebastião de Santana e Silva, ex-secretário-geral do Ministério do Planejamento e delegado do Tesouro em Nova York, para representar o Brasil no Congresso do Instituto Internacional de Finanças Públicas, a realizar-se em Praia, em setembro próximo.

O chefe do Govêrno designou ainda em outro ato a delegação do Brasil junto à 3ª Sessão do Subcomitê Científico e Técnico do Comitê das Nações Unidas sôbre o uso pacífico do espaço cósmico, que se realiza em Nova York e que se encerrará a 8 de setembro próximo. Foram designados: delegado, o professor Abraão de Morais, e, assessor, o secretário Paulo Fernando Teixeira Ribeiro. O sr. Carlos Alves Lopes foi nomeado para o cargo de assistente de Relações Públicas junto ao secretário do Instituto Brasileiro do Café em Hamburgo. (Tópico na 6ª página.)

ADVOGADO FAZ DISCURSO E É PRÊSO

RECIFE (Sucursal) — O deputado Doraci Campos, do MDB, pronunciou ontem na Assembléia, interpelando o secretário de Segurança pela prisão do advogado José Guimarães Sobrinho, acusado de pronunciar "violento discurso" quando da solenidade de inauguração dos novos prédios jurídicos, na Faculdade de Direito.

Pergunta o parlamentar qual a norma legal em que se baseou o Govêrno para a prisão do advogado, tirando-lhe sua liberdade de expressão sem solenidade, sem o honorável e perante sua gente da República e dos poderosos no dia".

FARIA LIMA E JÂNIO EM DIVERGÊNCIA

SÃO PAULO (Sucursal) — A designação do secretário-geral do MDB de São Paulo, que terá a seu encargo a formação de pelo menos 150 diretórios municipais do partido, até março do próximo ano — prazo determinado por lei para que as atuais organizações partidárias se transformem em partidos definitivos — poderá desencadear, em bastidores, uma disputa entre os srs. Jânio Quadros e Faria Lima.

DIVERGÊNCIA

Enquanto o janismo ortodoxo deseja a indicação do ex-deputado Araripe Serpa pelo cargo, elementos ligados ao brigadeiro teriam a inclusão do nome do deputado federal Rafael Baldacci. O cargo de secretário-geral do MDB-SP assume aspectos de grande importância para o sr. Faria Lima pois, se de um lado a sua situação na Capital é excelente, em têrmos de concorrência com o senador Carvalho Pinto, na disputa pela sucessão do governador Abreu Sodré, no interior, a situação ainda é inversa.

Extraoficialmente os diretórios municipais informaram, o sr. Faria Lima partirá para uma campanha sistemática, defendendo os candidatos lançados pelo MDB, para que, em 1968, êste possa ter uma boa cobertura em pelo menos 50% das cidades paulistas.

CONFRONTO

Elementos vinculados ao prefeito de São Paulo acreditam que, nos entreatos entre êste e o sr. Carvalho Pinto, desde que se mantenha um certo equilíbrio de fôrças no interior, a Capital paulista e a região do ABC, onde Santos, dando vitória tranqüila ao brigadeiro que — está extremado — será mesmo lançado candidato pelo MDB.

O sr. Jânio Quadros, de sua parte, não deseja perder o controle do MDB de São Paulo. Daí o interêsse em que o secretário-geral do partido seja o sr. Araripe Serpa, elemento de sua confiança. O sentimento entre os dois políticos é vivo, porém, por observadores paulistas, como inevitável, a médio ou longo prazo, pois na medida em que o ex-presidente pretenda firmar-se como líder do janismo, o sr. Faria Lima, em sucessão, procura capitalizar para si essa herança, ou pelo menos buscar situação política em fôlha própria.

BRASIL DIZ HOJE COMO VÊ O PACTO ATÔMICO EUA-URSS

GENEBRA (Reuter-CM) — O Brasil, em face das críticas do embaixador Antônio Azeredo da Silveira sôbre programas de televisão da Alemanha Ocidental, deverá expressar em pormenores, hoje, nas conversações do desarmamento de Genebra, suas objeções ao projeto de tratado conjunto soviético-americano de não-proliferação nuclear.

Dois dias após o tratado ter sido entregue à consideração de 17 países, na última quinta-feira, o embaixador brasileiro afirmou na terça que o projeto era duro em suas restrições aos recursos nucleares de desenvolvimento pacífico e pedia mais concessões das poderosas nucleares.

SUÍÇA

A sra. Alva Myrdal, da Suécia, também deverá expressar os pontos de vista do seu país sôbre o projeto e sua cláusula em branco que sobre inspeções e controle. Como a Suécia, a Suécia favorece um sistema de inspeção dirigido pela agência de energia nuclear internacional de 97 nações para assegurar que as nações não nucleares não estão produzindo ou recebendo armas nucleares.

A Alemanha Ocidental e outros países do Mercado Comum Europeu desejam preservar os sistemas mais estritos organizados pelo Pacto Pacífico Nuclear da Euratom. Os EUA tentam encontrar uma solução de compromisso que satisfaça seus aliados da OTAN. As superpotências pediram a outros membros da conferência que se detivessem trabalhar os pormenores de um sistema que pudesse satisfazer a todos os lados. Hoje, também deverão falar os representantes da Tcheco-Eslováquia e da Nigéria.

CNEN VAI AO SENADO PARA ESTUDAR ATOMO

BRASÍLIA (Sucursal) — Foi tido ontem, no Senado, certa surpresa pelo gen. Uriel da Costa Ribeiro, presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, no qual diz êle já ter sido encaminhado ao presidente da República, por duas vêzes consecutivas, expediente através do qual sugerira comissão própria a correção da legislação vigente, a fim de impedir contínuas importações para o País e recuperação do material radioativo existente nos minerais exportados.

Afirma o gen. Uriel da Costa Ribeiro, em sua carta, que o Decreto-Lei n.º 271, de 28/2/67, alterando a legislação até então vigente, estabelecera um sistema que, na prática, impossibilita que a Comissão de Energia Nuclear exija, para a exploração e exportação de minerais, a devolução do material radioativo nêles existente, já que para isso teria que despender recursos inexistentes com indenizações.

Afirmou a necessidade de correções no Código de Minas, que aponta como subúrbia "verdiera de doação", imprescindível para a defesa de riquezas naturais. Referiu-se, ainda, condenando críticas a indiscretas deliberações do Govêrno Castelo Branco, que repute profundamente lesivas aos interêsses nacionais.

Visando a comprovar afirmativas nos feitas com freqüência no Senado, um senador leu a carta que recebeu do gen. Uriel da Costa Ribeiro, presidente da CNEN, que confirmaria, plenamente, denúncia que tem feito com reiteradas, segundo a qual "o Brasil está sendo usado pela Inteira produtos radioativos não procurados em todo o mundo, com isso sofrendo sérios prejuízos, até de ordem econômica".

AL APROVA AS CONTAS DE NEGRÃO

A Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Legislativa da Guanabara aprovou, ontem, por unanimidade, as contas do governador Negrão de Lima, relativas ao exercício de 1966. Seu texto resultaram que o atual Govêrno do Estado, sòmente no ano passado, liquidou compromissos no montante de 219,4 milhões de cruzeiros novos deixados pelo ex-governador Carlos Lacerda.

Além de ter saldado êsses compromissos — frisa o parecer da Comissão de Orçamento — o governador Negrão de Lima saldou, também, a rubrica restos a pagar, legada pelo govêrno passado, no total de 72,4 milhões de cruzeiros novos, colocando, ainda, em dia o pagamento do funcionalismo estadual.

A gestão financeira e patrimonial do governador Negrão de Lima, antes de aprovada pela Comissão de Orçamento e Finanças, o fôra, também, por unanimidade, pelo Tribunal de Contas do Estado, acolhendo parecer do ministro Venâncio Igrejas, relator da matéria. Na Comissão de Orçamento, o relator das contas governamentais foi o deputado Caldeira de Alvarenga, que elaborou o projeto que será submetido ao plenário, assinado pelos demais membros da Comissão, deputados Roberto Gonçalves Lima, Ciro Kurtz, Aloísio Caldas, Velinda da Fonseca, Caio de Mendonça e Adelson Marge, os dois últimos da ARENA.

DEFICIT

O deficit orçamentário da Guanabara no exercício de 1966 ascendeu a 29,8 milhões de cruzeiros novos, com uma despesa de 563,5 milhões de cruzeiros novos contra uma receita de ... 523,7. Os compromissos que condicionaram a ação do governador Negrão de Lima em seu primeiro ano de mandato foram saldados em decorrência de a receita extraordinária ter atingido 272 milhões de cruzeiros novos. Acentuam os pareceres — tanto o do Tribunal de Contas, quanto o da Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Legislativa — que a "posição de caixa" do Executivo estadual, quando o sr. Negrão de Lima assumiu o Govêrno da Guanabara, em dezembro de 1965, acusava a existência de 3,4 milhões de cruzeiros novos, importância insuficiente para os compromissos de sequer um dia de administração. O projeto de decreto legislativo será hoje encaminhado ao deputado Augusto do Amaral Peixoto, presidente do Legislativo, para sua inclusão na ordem do dia, devendo a matéria ser votada pelo plenário na próxima semana. Considera-se pacífica sua aprovação.

PRESIDENTE VAI DECIDIR SALÁRIO PARA VEREADOR

BRASÍLIA (Sucursal) — Após longa discussão, o Senado aprovou ontem o primeiro projeto de Lei Complementar, disciplinando o recebimento de subsídios por parte dos vereadores, remetendo a matéria à sanção do presidente da República.

Opôs-se o Senado pelo projeto de autoria do senador Carlos Pinheiro repetindo, simultâneamente, o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados. O subsídio do vereador não poderá ser superior a dois terços do subsídio atribuído ao deputado membro da Assembléia Legislativa do Estado a que pertencer o Município.

A NOVA LEI

É a seguinte a íntegra do projeto de Lei Complementar aprovado e remetido à sanção:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — O sistema de remuneração dos vereadores das Capitais e dos Municípios de população superior a 100 mil habitantes é fixado segundo os critérios e limites estabelecidos por esta Lei Complementar.

Parágrafo único — A remuneração a que se refere êste artigo, dividida em partes fixa e variável, representa subsídio a ser pago normalmente ao vereador, consoante percentagem a ser estabelecido nos regimentos das respectivas Câmaras Municipais.

Art. 2º — Os subsídios dos vereadores, respeitados os limites e critérios desta lei, serão fixados, em resolução das Câmaras Municipais, no fim de cada legislatura para a subsequente.

Parágrafo 1º — No cálculo do quantum do subsídio do vereador, ter-se-á como teto a soma de até 12 (doze) salários mínimos da região.

Parágrafo 2º — Em qualquer caso, o subsídio do vereador não poderá ser superior a dois terços do subsídio atribuído ao deputado-membro da Assembléia Legislativa do Estado a que pertencer o Município.

Art. 3º — É vedada a concessão de ajuda de custo, sob qualquer título.

Art. 4º — Até que se realize nova recensiamento, só se poderão acrescentar nas disposições desta lei, mediante reforma regimental, as Câmaras Municipais das capitais dos Estados e dos Municípios que possuam mais de 100 mil habitantes, nos têrmos do último Censo Geral, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1960.

Parágrafo 1º — O disposto neste artigo não se aplica aos municípios de mais de 100 mil habitantes referidos na resolução nº 7.587-TE, de 27 de setembro de 1966, do Tribunal Superior Eleitoral, nem aos que atingirem atualmente êsse limite de população, comunicado ao mesmo Tribunal pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos quais poderão ser fixados os subsídios dos vereadores, atendendo os critérios e limites desta lei.

Parágrafo 2º — Os recensiamentos a serem realizados com base na Lei nº 4.789, de 14 de outubro de 1965, serão publicados no órgão oficial da União, com destaque dos municípios que atingirem nível populacional superior a 100 mil habitantes.

Parágrafo 3º — Publicados os resultados dos recensiamentos a que se refere êste artigo, poderão as Câmaras Municipais compreendidas nas disposições desta lei adaptar os seus regimentos, independentemente de quaisquer outras formalidades.

Art. 5º — A alteração dos níveis de salário mínimo vigentes no País não implicará, em nenhuma hipótese, na modificação automática dos valores dos subsídios fixados pelas Câmaras Municipais, os quais só poderão ser revistos, tendo em conta a sua atualização, em resoluções das referidas Câmaras, obedecidos os critérios e limites desta lei.

Art. 6º — Respeitados os critérios, limites e condições estabelecidos nesta lei, as Câmaras Municipais poderão fixar os subsídios dos vereadores para a presente legislatura, prevalecendo a determinação a partir de 15 de março de 1967 ou de ato de posse, se posterior a esta data.

Art. 7º — Esta lei complementar da Constituição entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.